

Comentários – Sessão 7

Flávia dos Santos Soares¹
Universidade Federal Fluminense

O DESENHO PRESCRITO PARA O ENSINO PRIMÁRIO EM MINAS GERAIS NA TRANSIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Andréia Magalhães Dias Almeida e Maria Cristina Araújo de Oliveira

GEOMETRIA E DESENHO: como ensiná-los em tempos de *escola nova*, segundo a Revistas do Ensino de Minas Gerais?

Débora Rodrigues Caputo, Nicolly Peçanha do Nascimento Silva e Maria Cristina Araújo de Oliveira

O ENSINO DE DESENHO NO CONTEXTO DA LEI ORGÂNICA DE 1946

Maria das Graças Schinniger Assun Garcia e Maria Cristina Araújo de Oliveira

O artigo de Andréia Magalhães Dias Almeida e Maria Cristina Araújo de Oliveira intitulado *O desenho prescrito para o ensino primário em minas gerais na transição entre os séculos XIX e XX* tem como objetivo analisar a importância do ensino do Desenho no período de transição entre a Monarquia e a República. A investigação proposta se baseia na seguinte questão de pesquisa: “qual a participação do Desenho no ensino primário mineiro no contexto de transição entre os séculos XIX e XX” (p.1)?

Para tal objetivo as autoras se utilizam da legislação como fonte principal de pesquisa entendendo as leis como documentos fundamentais para compreender o processo histórico em foco já que “exprimem os projetos políticos e de civilização, que são compostos por sonhos, interesses públicos e privados, carregando em si as contradições do meio social” (p.2).

Como ponto de partida do estudo, avaliando os antecedentes do ensino do desenho no século XIX, o marco cronológico é a reforma estabelecida por Benjamin Constant que em Decreto de 08 de novembro de 1890 aprova Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, então capital da República, mas utilizado como norteador da legislação de outros estados. O que se busca então é perceber de que forma o desenho se impõe como saber escolar nas prescrições curriculares para a escola primária por meio de seu programa de ensino. Nesse momento, o desenho se configurava presente na *escola de 1º grau* para meninos no programa dos cursos Elementar (7 a 9 anos), Médio (9 a 11 anos) e Superior (11 a 13 anos). A proposta para esses cursos consistia no estudo de: linhas retas e suas combinações representadas na lousa e no papel, reprodução de objetos usuais; traçado de retas, reprodução de ângulos, triângulos e quadriláteros; princípios do desenho de ornato, circunferências, polígonos regulares, rosáceas, curvas geométricas, uso de instrumentos de desenho; estudo das curvas regulares, elípticas, espirais, volutas; perspectiva; noções de desenho na arquitetura; desenho de máquinas simples e exercícios de desenho topográfico, entre outros.

¹ Doutora em Educação e professora do departamento Sociedade, Educação e Conhecimento (SSE) na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: flaviadss@id.uff.br

Segundo as autoras, percebe-se em uma primeira análise da legislação mineira do mesmo período (1898) que a disciplina Desenho Elementar, ministrada para o ensino primário, trazia dentre suas especificações, a obrigatoriedade de se ensinar também *Trabalhos Manuais*. Este ensino teria estreita relação com o Desenho, o que permite as autoras entenderem que os saberes prescritos nessas matérias remetem a “finalidade de formação profissional, tendo o Desenho como fundamentação para a execução dos trabalhos manuais que visavam à formação do trabalhador” (p.4).

Especialmente se dedicando ao estado de Minas Gerais, a Reforma João Pinheiro, de 1906, instituiu o modelo dos grupos escolares e a lei nº 439, de 28 de setembro do mesmo ano autorizava a reforma do ensino primário, normal e superior. O Decreto 1947, de 30/09/1906, trazia a rubrica disciplinar “Geometria e Desenho”, “contendo dentre suas atribuições, serem trabalhados o uso do nível de ar e do prumo, bem como o da trena” que “podem ser consideradas como trabalhos manuais, destinados sobretudo, aos alunos do sexo masculino” (p.5). Nesse mesmo período, a criação de Escolas de Aprendizes Artífices deixa clara a intenção de habilitar as classes menos favorecidas de preparo técnico e intelectual, bem como afastá-los dos vícios, do crime e da ociosidade e investindo para isso na formação de operários com a instalação de oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos.

Nesse contexto, as autoras passam a trazer informações sobre o Instituto João Pinheiro criado aos moldes das Escolas de Aprendizes Artífices e com semelhante vocação em que “os conteúdos de formação intelectual estavam diretamente subordinados às necessidades de formação profissional” (p.8). Outras referências, citadas pelas autoras, indicam “uma aproximação do Instituto com a atmosfera *escolanovista*” (p.8) localizando planos de trabalho organizados tomando por base os “centros de interesse”, que segundo Faria Filho distanciavam-se do que fora proposto por Decroly, seu idealizador, por conta de conteúdos do programa do Instituto, sendo previamente estabelecidos, não possibilitarem efetivamente a utilização dos centros de interesses dos estudantes.

No Instituto, as autoras apontam que o programa de ensino Público Primário do Estado de Minas Gerais, adotado por ocasião da Reforma João Pinheiro (1906) era utilizado no Instituto João Pinheiro e que as disciplinas que ocupavam maior parte da carga horária eram: Leitura, Escrita, Língua Pátria e Aritmética. As autoras observam que até 1919, apenas as disciplinas de Língua Pátria, Aritmética e Desenho Geométrico compunham o currículo. Segundo as autoras cada disciplina era ajustada à realidade dos alunos destinados ao trabalho profissional, agrícola e oficinal, mas apesar do aparente destaque da disciplina de Desenho (agora aparecendo como Desenho e como Desenho Geométrico) as autoras afirmam que a não há informações explícitas sendo possível apenas é possível conjecturar, que “aos moldes do que acontecia em outras disciplinas, também se destinava aos desenhos usados na prática profissional” (p.11). Sendo assim, conclui-se que a escassez de fontes é insuficiente para identificar a participação do Desenho nessa formação profissional “embora fosse essa a tendência de praticamente todas as disciplinas ali ministradas” (p.11).

O texto de Débora Rodrigues Caputo, Nicolly Peçanha do Nascimento Silva e Maria Cristina Araújo de Oliveira *Geometria e desenho: como ensiná-los em tempos de escola nova, segundo a*

*Revista do Ensino de Minas Gerais*² tem seu olhar direcionado para as propostas de aulas modelo envolvendo saberes de geometria e de desenho para o ensino primário, veiculadas na *Revista do Ensino* publicadas entre 1928 e 1929.

O período destacado se insere em um momento de uma série de reformas para a educação mineira. Essas reformas, que atingiram o ensino primário e normal, entre 1927 e 1930, levaram ao estado as novas propostas baseadas em princípios *escolanovistas*. Esses princípios deixaram na legislação desse período referências aos trabalhos de Claparède, Decroly, Dewey dentre outros.

O percurso de recepção, difusão e apropriação dos ideários da Escola Nova no Brasil e, em particular em Minas Gerais, parece ter ocorrido por meio de mecanismos similares aos que Maria del Pozo Andrés (*apud* CORREIA, 2000) verificou como vias pelas quais se processou a difusão das ideias do movimento na Espanha: artigos publicados acerca do assunto na imprensa pedagógica; tradução de trabalhos de pedagogos estrangeiros ligados à Escola Nova; publicados de trabalhos por autores do país sobre a Escola Nova; visitas ao estrangeiro por parte de educadores do país; cursos de formação de professores e visitas de pedagogos estrangeiros ligados à Escola Nova.

Entre 1928 e 1929 as autoras localizaram 9 publicações da *Revista do Ensino* envolvendo artigos sobre Geometria ou Desenho. As publicações são direcionadas ao professor e oferecem modelos de preparação de aula, modelos de exercícios e testes, sugestões de atividades envolvendo materiais didáticos, instruções metodológicas para ensino de conteúdos, indicações de como o professor deve ministrar as aulas.

A análise dos artigos que veiculavam aulas modelo revelou o destaque dado aos *centros de interesse* propostos pelo pedagogo Decroly, e também outros em que as práticas sugerem traços do método intuitivo. Sugestões de testes que envolvem atividades que solicitam do aluno o desenho, que parece ser a mão livre, leva as autoras a concluir que o seu ensino estava ligado à maneira de se expressar do aluno, o que marcaria a presença das ideias *escolanovistas*. O desenho está ligado às formas de expressão do aluno, à criatividade, mas sem ligação com o ensino de geometria.

Em suas conclusões, as autoras indicam que nas aulas modelo e sugestões de testes e atividades, as instruções para o Desenho inicialmente mostram a valorização do papel do aluno no processo de ensino e aprendizagem, sua maneira de expressar e sua criatividade. Entretanto, quando as imperfeições nos desenhos são apontadas pelo professor e corrigidas, parte dessa valorização criatividade do aluno é colocada em segundo plano. Assim, a prática parece recair em um ensino no qual o docente se mantém como detentor do saber, o que mostra haver uma dificuldade de colocar as ideias de Decroly em sala de aula fazendo que os professores mesclassem os métodos tradicionais com os *escolanovistas*, com pouca participação dos alunos na escolha dos temas dos centros de interesse. Da mesma forma, os textos parecem colocar os professores em uma situação também de pouca autonomia, com sugestões de aulas com uma sequência de passos para serem reproduzidos.

O texto *O ensino de desenho no contexto da lei orgânica de 1946* de Maria das Graças Schinniger Assun Garcia e Maria Cristina Araújo de Oliveira se propõe a entender como se deu o tratamento concedido à disciplina de Desenho na legislação educacional no contexto da Lei Orgânica de 1946. Mais uma vez a legislação é central no estudo, se configurando como fonte e objeto de pesquisa a fim de entender sua presença e relevância para os cursos primário, (elementar, complementar e supletivo), de regentes e de formação de professores.

Nos contexto da Lei Orgânica de 1946 o “Desenho e trabalhos manuais” apresenta compõe a estrutura do curso primário elementar de quatro anos, juntamente com leitura e linguagem oral e escrita; iniciação matemática; geografia e história do Brasil; conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; canto orfeônico e educação física. No curso primário complementar, de um ano, e no curso primário supletivo de dois anos para adolescentes e adultos, o desenho também figura entre nos grupos de disciplinas e atividades educativas, agora já não atrelado aos trabalhos manuais. Assim nas quatro séries verifica-se a presença do Desenho como disciplina, estando presente em todas as modalidades e séries do ensino primário.

Para o ensino Normal estruturado para formação de regentes de ensino primário, de 1º ciclo, com duração de 4 anos; para a formação de professores primários, de 2º ciclo, com duração de 3 anos, funcionando nas Escolas Normais; ou os Institutos de Educação onde, além dos cursos de formação de professores, funcionavam também o Jardim de Infância e a Escola Primária como anexas e outros cursos e habilitações para o professor, as autoras observam que o predomínio de disciplinas de formação geral, evidenciando uma ênfase na cultura geral em detrimento da formação técnico-profissional.

Em relação ao Desenho, observa-se a atenção recebida em todas as séries do curso de regentes de ensino primário, superando a presença da disciplina de Matemática, que não figura na última série do curso. O mesmo destaque ao Desenho pode ser visto na organização do curso de formação de professores.

Vale ressaltar que no quadro 1 para o curso de Regentes de Ensino primário apresentado pelas autoras a partir do que consta na Lei Orgânica, distingue-se “Desenho” de “Desenho e Caligrafia”. No curso de formação de professores primários a mesma recebe o nome de “Desenho e Artes Aplicadas”.

Esta seção se compôs de trabalhos do mesmo grupo de pesquisa que analisam, em diferentes momentos históricos, o ensino de desenho e seu *locus* especialmente nas propostas curriculares no estado de Minas Gerais. Analisando os três trabalhos em conjunto é possível perceber que, em momentos distintos, e mesmo para distintos níveis, o ensino do desenho teve motivações diversas e sua presença como saber escolar manteve, ora sim, ora não, maior ou menor interlocução com o ensino da geometria. Sendo assim, é importante como categoria de análise identificar esses pontos de convergência a fim de compreender melhor como se configurou seu ensino ao longo do tempo.

Como aponta Correia (2000), “os conteúdos do currículo podem mudar em função da evolução das finalidades sociais de cada nível ou grau de escolaridade” e “os saberes escolares,

nomeadamente os que estão formalizados através dos programas oficiais das disciplinas, não decorrem de um processo simples de acumulação e aperfeiçoamento de conhecimentos” (p.14).

Assim, as mudanças de rubrica sob a qual o ensino do Desenho aparece vinculado, por exemplo, pode dar pista e indicar mudanças de finalidade de seu ensino, diferenciação de seu público alvo, distinção de conteúdos que seriam ensinados, sua relação com o ensino da matemática, quais métodos de ensino utilizados, entre outros.

Todos os trabalhos se articulam na “tentativa de surpreender, se não o que acontece realmente na escola, pelo menos o modo como os intervenientes se representam a si mesmos e às relações que estabelecem com os outros, com os saberes e com as aprendizagens” (p.5). Na ausência de tais relatos da sala de aula ou de fontes que deem acesso a essa realidade, o uso da legislação se apresenta como ponto de partida válido para analisar aspectos da política educacional, fornecendo algumas chaves de interpretação importantes para o olhar sobre as práticas.

Vale ressaltar, entretanto, a observação de Andrade e Carvalho (2009) que consideram que não se pode

analisar adequadamente a política educacional se partirmos apenas das intenções expressas pela legislação ou declaradas pelas autoridades nos documentos oficiais [...]. Geralmente, essas declarações deixam transparecer certa autonomia do setor educacional, o que não corresponde à realidade. Assim, é importante identificar as lacunas existentes entre o que estava estabelecido pelo marco com a real situação educacional mineira, isto é, as contradições relativas aos objetivos proclamados e as reais intenções dos responsáveis pela condução política da Província (p. 107).

A opção pelo uso de “fontes tradicionais” de pesquisa como a legislação de ensino, exigem dos pesquisadores um esforço de releitura e resignificação e uma problematização que “passa pelo entendimento das diretrizes legais implementadas, não como simples imposições do poder público, mas como evidências da tentativa de concretização de projetos gestados dentro de circunstâncias políticas e sociais próprias que devem ser definidas” (SOARES, 2016, p.22).

Embora não possamos afirmar que um conjunto de leis, decretos e regulamentações definam as práticas efetivamente postas em exercício, o que se pode inferir é que o entendimento do processo de desenvolvimento e implementação desse corpo legal pode fornecer pistas interessantes para a visualização da configuração que ensino do Desenho assumiu em diferentes momentos.

Também a leitura de artigos de jornais e revistas com sugestões para o ensino demanda a observação conjunta com as propostas curriculares, pois em função de terem os artigos terem sido elaborados por professores, estes refletem o entendimento das normas e a forma como foram colocadas em prática.

Como lembra Fernandes (2008) as revistas pedagógicas,

permitem apreender a multidimensionalidade do campo pedagógico e suas dificuldades de articulação teoria-prática, além de possibilitar a identificação dos principais grupos e personagens de determinada época histórica. Constituem ainda uma instância original para a compreensão das formas de funcionamento desse campo, já que fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas educativas, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações dos professores, entre outros temas relativos ao universo educativo (p.16).

A utilização da imprensa como fonte demandará, contudo, sempre o cuidado de conhecer as características do periódico em pauta, “para que não haja distorções derivadas da escolha desavisada de uma determinada ótica sobre os acontecimentos” (SOARES, 2016, p. 26). Assim, “o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa” (DE LUCA, 2005, p.139).

Outros aspectos poderão ser utilizados para compreensão de como o ensino de desenho vem se configurando como um saber a ser ensinado, suas relações com o ensino de Geometria e com o ensino de Artes, quem deve ensiná-lo, a quem interessa seu conhecimento, que materiais e recursos servem ao seu ensino. Estas e outras indagações poderão ser complementadas pelo grupo de pesquisa em diálogo com as demais produções da área, indicando por certo a dinâmica na qual o ensino de desenho se insere no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Renata Fernandes Maia de; CARVALHO, Carlos Henrique de. A educação no Brasil Império: análise da organização da instrução na província de Minas Gerais (1850-1889). *História da Educação*, Pelotas, v. 13, n. 28, p. 105-133, maio/ago. 2009.
- CORREIA, António Carlos. *A alquimia curricular: um campo de pesquisa histórico e sociológico*. Lisboa: Educa – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2000. (Cadernos prestigie 1)
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo, SP: Contexto, 2005. p. 111-153.
- FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O Impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; Xavier, Libânia Nacif (Orgs.). *Impressos e História da Educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 15-29.
- SOARES, Renata dos Santos. *Profissionalização do Magistério: a construção da condição laboral do professor primário no Rio de Janeiro (1854-1926)*. Rio de Janeiro, 2016. 160p. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.